

08 FEV 1988

## Conversa fácil

Ao final das escaramuças da semana passada, a questão da propriedade na nova Constituição caminha para aprovação por consenso hoje ou, no máximo, amanhã, levando os constituintes a contornar por negociações um dos pontos mais controvertidos submetidos à Constituinte, a partir da qual esperava-se, há muito tempo, explosões internas nos partidos e em movimentos como o Centrão.

A fórmula que pode encontrar consenso na votação assegura o direito de propriedade, protegido pelo Estado e subordinado ao bem-estar social. Uma lei complementar se encarregaria de estabelecer o mecanismo de desapropriação em caso de necessidade pública ou interesse social, mediante indenização em dinheiro — com ressalva para casos previstos na nova Constituição.

As ressalvas se tornam o ponto mais polêmico dessa fórmula. Receia o PT que a indenização em dinheiro atrapalhe a reforma agrária, e por isso gostaria de ter ressalvas mais amplas. O PMDB do senador Mário Covas também não gostaria de encontrar a reforma agrária embaraçada nas teias da indenização em dinheiro. O Centrão zela para que o proprietário em geral não perca a sua propriedade por nada.

Mas as ressalvas devem ficar para outra parte da Constituição. Há vaga reservada para elas na Ordem Econômica, onde podem aflorar daqui a algumas semanas conflitos em torno da definição de cada um.

Outros conflitos surgiriam na definição da lei complementar encarregada de estabelecer os mecanismos de desapropriação, mas aí não seria mais em nível constitucional.

O interessante, por enquanto, é como a questão constitucional avança e chega à possibilidade concreta de consenso em torno da propriedade, num arco ideológico que se estende do senador Fernando Henrique Cardoso ao deputado Ricardo Fiúza, depois de passar pela deputada Sandra Cavalcanti. Também interessa como o entendimento relega para outra etapa as possibilidades de confrontos.

A negociação da propriedade, que pode incorporar o PT e Mário Covas apesar de truques de última hora para tentar driblar o Centrão, representa perspectiva nova dentro da Constituinte não apenas por envolver uma questão que se coloca acima da ideologia da maioria dos partidos, mas especialmente pela capacidade das lideranças em encontrar um canal de entendimento que leve a definições básicas sem o confronto de voto.

Nesse passo, o sistema de governo, como o mandato do presidente Sarney podem encontrar um canal pacífico de entendimento, ou pelo menos com radicalização, menor que a deste momento. Bastaria, fundamentalmente, esperar passar a ânsia dos centristas por novas posições dentro do aparelho governamental. Aí seria mais fácil conversar.